



## Resolução CME nº 01/2025

**Orienta a Secretaria Municipal de Educação, Mantenedoras e escolas integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Tramandaí/RS, em relação a reorganização das atividades educacionais e escolares em casos de cancelamento de aulas por motivos de eventos climáticos extraordinários, com base em decretos municipais.**

**CONSIDERANDO** o Art. 23, §2º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), que estabelece que “O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei.”.

**CONSIDERANDO** o Art. 24, inciso I, da LDB nº 9.394/1996, que estabelece “a carga horária mínima anual será de 800 (oitocentas) horas para o ensino fundamental e de 1.000 (mil) horas para o ensino médio, distribuídas por, no mínimo, 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;”.

**CONSIDERANDO** o Art. 32, § 4º, da LDB nº 9.394/1996, que entende que “O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.”, como no caso de decreto municipal de suspensão de atividades.

**CONSIDERANDO** que os eventos climáticos extraordinários estão ocorrendo com grande frequência, principalmente no Estado do Rio Grande do Sul, afetando praticamente todas as regiões do Estado, se faz necessário a efetivação da regularização da recuperação de dias letivos e das aprendizagens.

### **RESOLVE:**

**Art. 1º** É de competência da Secretaria Municipal de Educação, no que se refere a Rede Municipal de Ensino, a reorganização do calendário escolar do ano letivo afetado pelo estado de calamidade pública de todos os níveis, etapas e modalidades de educação e ensino, para fins de cumprimento da carga horária mínima anual prevista nos arts. 22 a 28, 31, 34, 36, 36-D e 39, da LDB nº 9.394/1996.

**Art. 2º** A reorganização do ano escolar justifica-se em situações evidenciadas a partir dos eventos climáticos extraordinários, que causem ou possam causar catástrofes, coloquem em risco os alunos e toda a comunidade escolar.

**Parágrafo Único:** A reorganização do ano escolar pelos motivos citados neste artigo, dependerá de decreto municipal de cancelamento de aula (as) na rede municipal justificando o cancelamento por motivos de eventos climáticos extraordinários.



**Art. 3º** As instituições escolares de Educação Básica observadas as diretrizes nacionais editadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), a BNCC e as normas exaradas por este Conselho em caráter excepcional, durante o período afetado pelos motivos mencionados no art. 2º e parágrafo único, ficam dispensadas:

I - **Educação Infantil**: da obrigatoriedade de observância do mínimo de dias e trabalho educacional e do cumprimento da carga horária mínima anual, previstos no art. 31, inciso II, da LDB nº 9.394/1996;

II – **Ensino Fundamental**: da obrigatoriedade de observância do mínimo de dias de efetivo trabalho escolar presencial, desde que cumprida a carga horária mínima anual.

**Art. 4º** A Secretaria Municipal de Educação, as mantenedoras e escolas integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Tramandaí/RS deverão reorganizar os calendários escolares e o replanejamento curricular, devendo:

I - assegurar formas de alcance por todos os estudantes das competências e objetivos de aprendizagem estabelecidos no Referencial Comum Curricular Municipal, nos termos da BNCC para a Educação Básica;

II – para alcançar os objetivos de aprendizagens, poderá ser reorganizado o calendário escolar, com a recuperação de dias letivos, em datas a serem destinadas para recuperação, preferencialmente, no formato de aulas presenciais;

III – os objetivos de aprendizagens, também poderão ser recuperados através de atividades didáticas à distância, a serem elaboradas pelos professores, de acordo com o Referencial Comum Curricular Municipal e enviadas aos alunos. Estas atividades deverão ser registradas e arquivadas, a fim de comprovação da recomposição das aprendizagens e compute da carga horária mínima anual e mínimo de dias letivos, conforme o artigo 24, inciso I, da LDB nº 9.394/1996.

**Art. 5º** Esta resolução entra em vigor na data de aprovação pelo Conselho Municipal de Educação e sua publicação.

Tramandaí, 04 de junho de 2025.

---

Susana Medeiros Cunha  
Presidente  
Conselho Municipal de Educação